



CMNat - Projeto de Lei
Número. 188/18
Folha. 07

Estado do Rio Grande do Norte
Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho
Gabinete do Vereador Nina Souza

Projeto de Lei nº: 00188/18

Relator: Vera. Nina Souza

PARECER

Da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, sobre o Projeto de Lei nº 00188/2018, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da Prefeitura do Natal divulgar via internet, nos sítios eletrônicos dos órgãos da administração direta e indireta a listagem dos empregados de empresas prestadoras de serviços terceirizados, e dá outras providências”.

I- Relatório:

Tratam-se os presentes autos de Projeto de Lei nº 00188/2018, de autoria da Vereadora Ana Paula, que dispõe sobre a obrigatoriedade da Prefeitura do Natal divulgar via internet, nos sítios eletrônicos dos órgãos da administração direta e indireta, a listagem dos empregados de empresas prestadoras de serviços terceirizados, e dá outras providências.

Conforme certidão de fl. 04, inexistiu proposição semelhante nesta casa legislativa.

Em seguida, retornaram os autos a esta Relatora para fins de parecer conclusivo sobre os aspectos constitucionais, legais, regimentais e jurídicos, nos termos do art. 50 e seguintes e 157 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Natal.

É o que importa relatar.

II – Análise:

De início, esclareço que o exame a ser realizado por esta relatora, tem cunho estritamente jurídico-legal, não cabendo, neste momento, serem tecidas considerações de valor político-social sobre o projeto.

O Projeto em tela traz ordenamento a empresas privadas que seriam apenas de ordem pública, o Princípio da Publicidade na Administração Pública, art. 37, caput, Constituição Federal somente se aplica aos órgãos integrantes do Estado, as empresas terceirizadas já são submetidas a Legislação específica, a Lei nº 13.429/17.

Ademais, ao se imiscuir na esfera do privado, o Projeto acaba incidindo em questões trabalhistas, nas quais já é pacificado que não temos competência para legislar, como já decidiu o STF em decisões que seguem:

Matéria concernente a relações de trabalho. Usurpação de competência privativa da União. Ofensa aos arts. 21, XXIV, e 22, I, da CF. Vício formal caracterizado. (...) É **inconstitucional norma** do Estado, do Distrito Federal ou Municípios que **disponha sobre empregados** de estabelecimentos situados no respectivo território.

[ADI 2.947, rel. min. Cezar Peluso, j. 5-5-2010, P, DJE de 10-9-2010.]

Com efeito, nos termos do art. 22, I, da CF, **competete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho**, não estando ela obrigada a utilizar-se de lei complementar para disciplinar a matéria, que somente é exigida, nos termos do art. 7º, I, da mesma Carta, para regradar a dispensa imotivada. Esse tema, porém, definitivamente, não constitui objeto da Lei 11.101/2005.

[ADI 3.934, voto do rel. min. Ricardo Lewandowski, j. 27-5-2009, P, DJE de 6-11-2009.] (grifos nossos)

O preceito constitucional violado, a saber, a Competência Privativa da

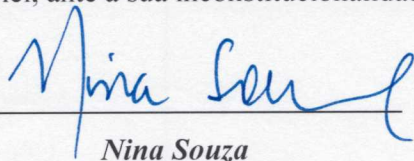
União, encartada no artigo 22 da Carta Magna nos impede de ser favorável à Proposta Legislativa 0188/18, trata-se de um dos casos em que a função fiscalizadora do Edil, consoante Regimento Interno nos arts. 220 c/c 221, deve prevalecer.

Ressalto que esta relatora não apreciou o valor político-social do projeto, que pessoalmente entende ser de suma importância, tão somente, realizou uma análise jurídico-legal sobre o mesmo e, nesse aspecto, forçoso reconhecer a sua inviabilidade técnica, ante o vício de inconstitucionalidade formal.

III – Voto:

Diante destas considerações, **opina** esta Relatora **contrariamente** à admissibilidade do projeto de lei, ante a sua inconstitucionalidade formal.

É como voto.



Nina Souza

Vereadora - PDT

